

ENTREVISTA/Paulo Paim

“Congresso pode aprovar reajuste mensal”

A nomeação de Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda pode mudar o ritmo de negociação da nova política salarial em tramitação na Câmara dos Deputados. Na quinta-feira, o deputado Paulo Paim (PT-RS), presidente da Comissão de Trabalho, enviou um fax para Cardoso com um único pedido: que ele entre na negociação porque, hoje, há um “jogo de empurra” entre os ministros Walter Barelly e Antonio Britto. “Como ele é um parlamentar, a conversa agora deve ser mais fácil”, disse Paim em entrevista a Rita Tavares, em Brasília. O projeto, que a Câmara deve votar na segunda quinzena de junho, prevê reajustes mensais para os trabalhadores, aposentados e pensionistas. Otimista, Paim, um ex-sindicalista da CUT, acha que o projeto será aprovado, mas admitiu que a votação será apertada. “Tenho segurança que tanto a iniciativa privada como o governo podem dar reajustes mensais para os trabalhadores”, afirmou.

Estado — A negociação da nova política salarial muda com a entrada de Fernando Henrique no Ministério da Fazenda?

Paulo Paim — Gostaria de acreditar que sim, porque a experiência parlamentar do ministro Fernando Henrique deve facilitar a conversa. Só me preocupo se ele decidir seguir a política do ex-ministro Eliseu Resende. Na última sexta-feira, li nos jornais que a equipe de Fernando Henrique admite adotar uma política de prefixação dos salários. O curioso é que eu mesmo tenho um projeto de política com prefixação que foi “badalado” em dezembro do ano passado. O importante é que os salários sejam indexados: não importa se pela prefixação, pela correção mensal ou pela dolarização.

Estado — Quais são suas perspectivas para a negociação do projeto de política salarial que está à espera de votação pelo Congresso?

Paim — A expectativa é das melhores. O ministro do Trabalho, Walter Barelly, disse para nós que essa política salarial para a área privada é inócua já que praticamente todos dão reajustes mensais. Com isso, o Barelly deu sinal verde para a aprovação do projeto de lei. Quanto ao ministro Antonio Britto, nós estamos levantando dados para mostrar a ele que o reajuste mensal não trará problemas de déficit na Previdência. Quanto ao servidor público, nós estamos defendendo a proposta que a ex-ministra Luiza Erundina defende: os reajustes mensais se-

riam indexados à Receita da União. Há vontade de entendimento entre os políticos no Congresso para um acordo. Será mais difícil se for disputado no voto. Mas mesmo assim, por uma pequena diferença, o projeto será aprovado.

Estado — Qual é o prejuízo do trabalhador, se for mantida a atual política que prevê antecipações bimestrais e reposições a cada quatro meses?

Paim — Ao longo de 13 meses, o trabalhador perde, de forma real, 50% do seu poder de compra. São dados fornecidos pelo Dieese com base numa inflação de 25% ao mês.

Estado — Por esses cálculos, qual deveria ser o valor do salário mínimo?

“Duvido que alguém consiga contratar, com ou sem carteira, uma doméstica por menos de um salário mínimo”

rio mínimo?

Paim — Se cumprissem a Constituição, o mínimo deste mês deveria ser US\$ 300. Hoje, pelo valor do dólar no paralelo, seria perto de Cr\$ 12 milhões. Mas hoje o salário mínimo vale, no máximo, um quarto do que seria ideal para o trabalhador viver com sua família.



Luiz Antonio/AE

Pela lei

Paim: “Se o governo cumprisse a Constituição, o salário mínimo deste mês deveria ser US\$ 300”

Estado — O sr. tem segurança de que tanto a iniciativa privada como o setor público têm condições de conceder o ganho real de 3% ao mês aos trabalhadores que ganham o salário mínimo, como prevê o projeto em tramitação?

Paim — Eu tenho tanta segurança que me reporto a julho de 1989, época do governo Sarney, quando o salário mínimo do país chegou a US\$ 117,12. Na época do Magri, chegou a US\$ 67,49. E, agora, o mínimo diminuiu para US\$ 63,13. Dados do Dieese comprovam um arrocho no valor do mínimo. Sobre a proposta dos 3% de ganho real, eu lembro o seguinte: em 1989, o mínimo era reajustado mensalmente e ainda tinha um ganho real de 6,09% a cada bimestre. Nessa época, a Previdência Social tinha superávit e a economia brasileira ia bem, não ha-

via recessão. Isso mostra que crescimento real de 3% já foi realidade no passado e pode ser dado agora sem problemas. O representante das pequenas e médias empresas, Sérgio Cury, disse que é até bom que haja reajustes mensais porque reativa o mercado interno. Com 3% ao mês, nós vamos precisar de quatro anos para o mínimo chegar ao seu valor ideal de US\$ 300.

Estado — Mas, deputado, hoje quase 50% dos trabalhadores não têm carteira de trabalho assinada, estão no mercado informal. O sr. não teme que essa situação seja agravada com os reajustes mensais e com ganho de 3%?

Paim — Primeiro alguns dados: 54% dos trabalhadores brasileiros ganham até dois salários mínimos. Da população economicamente ativa de 64 milhões,

25 milhões têm carteira.

Estado — Mas a outra meta-de não tem?

Paim — Ou, então, não trabalha. Não tenho preocupação em aumentar o mercado informal. Ao contrário, eu pego o exemplo aqui de Brasília: duvido que alguém consiga contratar, com ou sem carteira, uma empregada doméstica que ganhe menos do que o mínimo.

Se tiver, manda para mim... Mesmo porque eu pago um pouco mais. Não encontra; não tem. Sempre dizem, quando o salário mínimo vai subir um pouquinho a mais, que vai provocar desemprego e que as empregadas domésticas vão ser demitidas. Isso mostra que o problema do País não é o salário mínimo. O mínimo é insignificante.

Estado — Deputado, o sr. não está pensando apenas nos estados mais ricos da Federação? O presidente do seu partido, Luís Inácio Lula da Silva, na caravana pelos Estados do Nordeste, constatou que os trabalhadores ganham, na maioria absoluta dos casos, menos que o mínimo. Esses trabalhadores não ficam esquecidos nessa política salarial?

Paim — Pelo contrário, é esse o mal do País. Nós apostamos que ele não vai crescer, apostamos sempre numa política de recessão, apostamos em vale-transporte, vale-leite, vale-fome, vale-habitação, vale-educação. É o vale tudo. Quando se parasse de dar esses vales todos e apostasse numa reativação do mercado interno, inclusive nos Estados do Norte e do Nordeste, a política seria diferente. Acho que nós temos de pensar como País.

Estado — O sr. admite a possibilidade de transformar esse ganho real de 3% ao mês num abono apenas para os trabalhadores na ativa, excluindo os inativos, o que seria uma maneira de não sobrecarregar a caixa da Previdência?

Paim — Acho muito complicado querer que um aposentado, no momento em que ele mais precisa ter uma remuneração decente, deixe de ganhar os 3%. São 12 milhões de aposentados e pensionistas que ganham o mínimo... Acho muito perigosa essa tese. O salário mínimo tem de ser igual para todos os trabalhadores.

Estado — Mas se for esse o impedimento para que o governo adote a nova política?

Paim — Nós temos alternativas muito melhores

que essa. Propostas que vão deixar a Previdência com superávit de caixa. Por exemplo, poderíamos fazer um acordo com os aposentados, propondo que a política salarial entrasse em vigor no dia 1º de maio e, para os aposentados e pensionistas, entraria em 1º de junho. Com isso, separo a receita da Previdência com a despesa.

Estado — O sr. já declarou que era mais fácil negociar com o ministro Magri do que com o ministro Barelly. O sr. continua com essa opinião?

Paim — Foi mais fácil negociar nos governos Sarney e Collor, porque antes o interlocutor era claro. Agora, falta quem decida. Quando falamos com o Barelly, ele remete a questão para o Britto que passa a bola para a Administração. É o jogo do empurra.

“Apostamos sempre numa política de recessão, no vale-transporte, vale-leite, vale-fome, vale-habitação...”

Por isso, é que estou pedindo uma reunião conjunta com todos os três.

Estado — O sr. apóia a proposta do ministro Barelly de alterar a sistemática de incidência dos encargos, de sobre a folha de salários e para o faturamento das empresas?

Paim — Este governo é de falar muito e de agir pouco. Se o ministro Barelly tem essa idéia, deveria enviar logo um projeto para o Congresso. Eu sempre fui a favor desses cortes. Só me surpreendo com a proposta de redução de impostos, quando a União fala que está quebrada. Falta sintonia no governo. Para que essa proposta do Barelly dê certo é importante a inclusão no projeto de algum tipo de vinculação entre o corte de imposto e a garantia de que isso reverterá efetivamente em novos empregos e mais salário para os trabalhadores. No Rio Grande do Sul, o governador Alceu Collares cortou o imposto da cesta básica e ela continua custando muito. É um dos preços mais altos do país. Isso não está certo.